



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

CIRC-OUVID - 32017
Código de validação: CC36E61835

São Luís (MA), 11 de dezembro de 2017

A Sua Excelência (o)a Senhor(a)
Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Assunto: Encaminhamento de Relatório de Atividades da Ouvidoria, correspondente ao 2º Semestre de 2017, e relatório do biênio 2016/2017

Senhor(a) Desembargador(a),

Em observância do disposto no art. 4º, VI, da Resolução nº 20/2010 deste Egrégio Tribunal de Justiça, sirvo-me do presente para encaminhar o relatório de atividades da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, correspondente ao 2º semestre de 2017 e ao biênio 2016/2017, para o conhecimento de V. Exa., renovando manifestação de apreço.

Atenciosamente,

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 12/12/2017 08:41 (RICARDO TADEU





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUIDORIA

BUGARIN DUAILIBE)



**A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**

Ass.: Relatório de atividades da Ouvidoria referente ao 2º semestre/2017 e biênio 2016/2017

Senhor(a) Desembargador(a),

Alinhados com o objetivo de melhoria da prestação jurisdicional concretizado pela mesa diretora, a Ouvidoria buscou orientar sua atuação de modo a contribuir com a Administração do Tribunal identificando os problemas mais frequentes nas demandas recebidas, gerando estatísticas e propondo soluções pertinentes; apresentando recomendações, visando ao aprimoramento das atividades e serviços prestados pelo Poder Judiciário e promovendo a aproximação dos cidadãos com a Justiça, estimulando a participação popular na vida pública por meio das audiências públicas.

Pois bem. Encerrado o biênio, apresentamos agora, juntamente ao Relatório semestral de atividades, um breve Relatório¹ da nossa gestão à frente da Ouvidoria em 2016/2017, demonstrando o caminho percorrido e os objetivos alcançados.

I

DEMANDAS RECEBIDAS

No semestre¹ foram recebidos no segundo semestre de 2017, 121 (cento e vinte um) pedidos de informações. No biênio, 788 (setecentos e oitenta e oito) pedidos de informação. Um decréscimo de 32,5% em relação ao biênio anterior, o que creditamos à maior disponibilização de dados no próprio *site* do Tribunal e através da Divisão do Telejudiciário, reduzindo a necessidade de requisições formais na grande maioria dos casos. Nossos relatórios semestrais de atividades apresentados à mesa, além de especificarem a natureza das manifestações propondo soluções e recomendações abrangentes, exibem uma relação das vinte unidades jurisdicionais mais demandadas pela sociedade, permitindo uma intervenção direcionada por parte da Administração com vistas

¹ Dados coletados até 04/12/2017.

a dirimir as problemáticas apontadas, em sua maioria relacionadas à demanda elevada, deficiência de servidores e ausência de infraestrutura. A seguir unidades mais reclamadas no 2º semestre de 2017 e no biênio.

Ordem	Unidades mais demandadas no 2º Sem/2017	Qtde
1ª	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	198
2ª	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	169
3ª	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	163
4ª	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	142
5ª	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	126
6ª	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	113
7ª	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	90
8ª	7ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	76
9ª	1ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	74
10ª	3ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	72
11ª	VARA ÚNICA DE MONTES ALTOS	56
12ª	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	55
13ª	1ª VARA DE CAXIAS	51
14ª	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE IMPERATRIZ	47
15ª	2ª VARA DE GRAJAU	46
16ª	2ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	41
17ª	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	39
18ª	VARA ÚNICA DE SÃO BENTO	39
19ª	9ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	33
20ª	2ª VARA DE CAXIAS	33

Ordem	Unidades mais demandadas no Biênio 2016/2017	Qtde
1ª	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	477
2ª	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	324
3ª	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	308
4ª	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	281
5ª	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO LUÍS	270
6ª	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	246
7ª	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	212
8ª	1ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	167
9ª	7ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	149
10ª	3ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	137
11ª	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	121
12ª	1ª VARA DE CAXIAS	103
13ª	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	100
14ª	1ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	83
15ª	VARA ÚNICA DE SÃO BENTO	82
16ª	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE IMPERATRIZ	78
17ª	8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS	76
18ª	1ª VARA DE BACABAL	74
19ª	2ª VARA DE CAXIAS	73
20ª	2ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	67

Apresentamos nestas sínteses das atividades desenvolvidas relevantes apontamentos ao identificar os principais problemas denunciados, sinalizar os setores que mais precisam de atenção da gestão, bem como a propositura de recomendações e sugestões de melhorias.

Como pode ser verificado nas tabelas acima apresentadas, e em dados exibidos em relatórios anteriores, há uma permanência das Varas da Fazenda da Capital e da Turma Recursal no topo das unidades mais reclamadas, demonstrando deste modo, que tais unidades necessitam de maior atenção por parte da gestão.

Indicamos também as unidades que se destacaram positivamente em suas funções, mostrando a existência de boas práticas em curso, que precisam ser reconhecidas e estimuladas.

Unidades mais elogiadas no 2º Semestre de 2017	
1ª	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS
2ª	OUVIDORIA
3ª	IMPERATRIZ - 6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
4ª	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS
5ª	4ª VARA DE BACABAL
6ª	4ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ
7ª	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Unidades mais elogiadas no Biênio 2016/2017	
1ª	OUVIDORIA
2ª	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS
3ª	IMPERATRIZ - 6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
4ª	COORDENADORIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS
5ª	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS
6ª	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS
7ª	1ª VARA DE COROATÁ

A seguir apresentamos tabela contendo os canais de recebimento das demandas, dispostos na ordem decrescente, de acordo com sua maior utilização. Foram recebidos no biênio 8391 (oito mil trezentas e noventa e uma) manifestações, ocorrendo um decréscimo de 9,4% em relação ao biênio anterior, o que creditamos às práticas de estímulo à conciliação adotada pela Ouvidoria, bem como pelas melhorias implantadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cleones Cunha, durante toda sua gestão. Vale destacar que no ano de 2016 estavam disponíveis os canais “Fale Conosco Corregedoria” e o Fale Conosco Presidência”, tendo sido recebidas através destes, 85 (oitenta e cinco) e 53 (cinquenta e três) manifestações, respectivamente. Atualmente esses dois canais encontram-se extintos, tendo sido integrados ao Formulário Eletrônico, que corresponde ao meio mais utilizado pela população para acessar a Ouvidoria.

Canais	Total de manifestações Biênio 2016/2017
Formulário Eletrônico	4517
Telejudiciário	2088
Email	641
Presencial	607
Ouvidoria CNJ	295
Telefone	34
Ouvidoria do MP	32
Digidoc	21
Petição	18
Fale Conosco Corregedoria*	85
Fale Conosco Presidência*	53
TOTAL	8391

Em mais de 90% dos casos verificados no semestre a equipe da Ouvidoria conseguiu oferecer respostas conclusivas às manifestações dos usuários em até 20 dias úteis, contando com a colaboração dos magistrados e servidores.

Do total das reclamações recebidas no 2º semestre, 91,5% dizem respeito à morosidade processual, perfazendo um total de 1551 (mil quinhentos e cinquenta e uma) manifestações. Destas, 1475 (mil quatrocentos e setenta e cinco) reclamações, correspondente a 95%, foram dirigidas ao 1º grau de jurisdição e aos Juizados Especiais, incluindo as Turmas Recursais.

As demais reclamações, em diferentes percentuais, estão relacionadas ao mau atendimento de servidores e serventuários, ausência de magistrados nas comarcas, perda de processos e problemas no site do Tribunal.

Assuntos mais comuns das reclamações no 2º Semestre de 2017	Total	%
Morosidade Processual	1551	91,5
Outros	39	2,3
Mau atendimento de servidores	36	2,1
Mau atendimento nos cartórios extrajudiciais	21	1,2
Procedimento adotado pela unidade	18	1,06
Sumiço de processos	13	0,7
Ausência de magistrados na comarca	6	0,35
Competência alheia à Ouvidoria	4	0,23
Problemas nas linhas telefônicas	3	0,17
Discussão de mérito das decisões judiciais	2	0,11
Problemas no site do Tribunal	1	0,05
TOTAL	1694	100

Além do importante apoio às atividades típicas da Ouvidoria, como o registro e encaminhamento de manifestações e a gestão dos pedidos de informações, a Divisão do Telejudiciário realizou inúmeras atividades no semestre, destacando o agendamento de audiências de conciliação e de casamentos comunitários, consultas sobre movimentações de processos judiciais, informações sobre servidores e órgãos, entre outros.

ACUMULADO DE ATENDIMENTOS DO BIÊNIO 2016/2017				
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	2016	2017	TOTAL
Informações Jurídicas	Consulta a Processos de Primeiro Grau	6535	5273	11.808
	Consulta a Processos de Segundo Grau	636	640	1.276
	Consultas a Processos de Juizados Especiais	1180	829	2.009
	Consultas a Processos nas Turmas Recursais	40	46	86
	Informações a respeito de Ações Cíveis	7	6	13
	Informações a respeito de Ações Criminais	1		1
Plantões Judiciais e Cartorários	Plantão Forense de 1º Grau	8	1	9
	Plantão de 2º Grau	17	8	25
	Plantão dos Cartórios de Registro Civil	0	0	0
Publicações Oficiais do Judiciário	Publicações no Diário Oficiais da Justiça	0	0	0
	Resoluções, Portarias e Atos da Presidência	11	16	27
	Comunicados Oficiais do Judiciário	8	5	13
Eventos Jurídicos	Tribunal do Júri	1	0	1
	Casamento Comunitário	526	353	879
Órgãos	Informações das Comarcas	3983	2691	6.674
	Informações dos Setores do Judiciário: TJMA, Corregedoria de Justiça e Fórum de São Luís	4752	4899	9.651
	Informações de Outros Órgãos	907	586	1.493
	Composição do Pleno, Câmaras Cíveis e Criminais	3	0	3
Pessoas	Servidores do Poder Judiciário	154	134	288
	Magistrados	37	40	77
	Advogados	28	33	61
Informações Servidores TJMA	Informações Administrativas	7	6	13
	Senhas aos servidores - acesso aos sistemas do TJMA	1071	931	2.002
Manifestações	Reclamações	1052	963	2.015
	Denúncias	19	10	29
	Pedidos de informações	16	13	29
	Sugestões	3	0	3
	Dúvidas	0	0	0
	Elogios	2	5	7
	Outros	3	2	5
	Consulta de Manifestações	243	192	435
Conciliações	Agendamento Conciliação – CEJUSC	599	754	1.353
	Consulta de Conciliação	111	113	224
Casamento Comunitário	Agendamento de Casamento Comunitário	474	483	957
Outras informações	Outras Informações	122	123	245
TOTAL DE ATENDIMENTOS		22.556	19.155	41.711

Foram **41.711 atendimentos** realizados no biênio 2016/2017, sendo que no 2º semestre do ano de 2017 foram **8.505 atendimentos**. Houve um decréscimo de 20,2% em relação ao biênio 2014/2015, no qual foram realizados **52.301** (cinquenta e dois mil trezentos e um) atendimentos no total.

Podemos destacar durante o biênio 2016/2017 alguns serviços realizados pela Divisão do Telejudiciário em parceria com outros setores do Tribunal, que consideramos de relevância social, tais como: **957** os atendimentos para participação dos casamentos comunitários realizados pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, a gestão completa de **240** pedidos de informação ao cidadão, **1353** agendamentos de audiências de conciliação e **2002** atendimentos para fornecimentos de senhas a servidores para acesso ao sistema da Diretoria de Recursos Humanos deste Tribunal. Também fomos responsáveis pela divulgação de vários eventos e campanhas promovidos pelo Tribunal de Justiça, tais como Balcão de Renegociação de Dívidas, Semana Nacional de Conciliação, Casamento Comunitário, Mediação Digital, dentre outros.

II

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E FRUTOS COLHIDOS

Fortalecemos a aproximação dos cidadãos com a Justiça, dando continuidade às Audiências Públicas da Ouvidoria, uma feliz iniciativa do Desemb. Lourival Serejo, que logramos ampliar e aperfeiçoar. Estas contaram com ampla e efetiva participação das populações locais, por meio de perguntas, reclamações, elogios e sugestões acerca do funcionamento da Justiça. Através desses debates, transformamos o dever de prestar informações em oportunidade de comunicação e esclarecimento à sociedade.

Foram seis as audiências realizadas, ocorridas nos polos judiciais (divisão conforme Provimento nº 01/2008 CGJ) de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias, Chapadinha e Pinheiro, as quais contaram ao todo com a participação de mais de 800 pessoas, tendo sido sintetizadas em relatório as manifestações apresentadas pelo público. Em cumprimento ao dever de transparência, todos encontram-se publicados no Portal do Poder Judiciário do Estado (<http://www.tjma.jus.br>), no **banner** da Ouvidoria. Os magistrados atuantes nos respectivos polos judiciais também tiveram participação ativa, contribuindo com esclarecimentos à sociedade e apresentando ao Ouvidor, nas reuniões prévias ao evento, as demandas das comarcas nas quais atuam, colaborando deste modo com a gestão do Judiciário e visando o melhor funcionamento da Justiça. Fotos a seguir.



Aud. Pública do Polo de São Luís, realizada em Paço do Lumiar em 29/11/2016.



Aud. Pública do Polo de Imperatriz, realizada em Açailândia em 23/3/2017.



Aud. Pública do Polo de Bacabal, realizada em Santa Inês em 22/6/2017.



Aud. Pública do Polo de Caxias, realizada em Pedreiras em 14/9/2017.

A audiência Pública realizada na Comarca de Pedreiras, além do objetivo alcançado, proporcionou ao Ouvidor e equipe uma extraordinária experiência ao terem a oportunidade de conhecer o excelente trabalho de ressocialização desenvolvido pela Associação de Proteção aos Condenados (APAC) da cidade, atuação que certamente deve ser reconhecida e estimulada.



Visita do Ouvidor à APAC de Pedreiras



Artesanato produzido pelos internos



Aud. Pública do Polo de Chapadinha, realizada em Tutóia em 19/10/2017.



Aud. Pública do Polo de Pinheiro, realizada em Cururupu em 23/11/2017.

Esse modelo de Audiência Pública da Ouvidoria foi apresentado no Encontro de Fundação do Colégio de Ouvidores ocorrido em Fortaleza, Estado do Ceará, ganhando projeção nacional e reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça, sendo reproduzido pelas Ouvidorias de outras Unidades da Federação, a exemplo da Paraíba e Ceará. Reconhece-se aqui a importância da experiência, ressaltando a necessidade de as Administrações dos Tribunais apoiarem a realização periódica de Audiências Públicas pelas Ouvidorias Judiciárias.

Todas as demandas foram encaminhadas através de relatório à gestão do Tribunal, da qual sempre contamos com o prestígio e colaboração, e compartilhamos o mesmo objetivo: promover a melhoria da prestação jurisdicional e um judiciário mais democrático.

As audiências realizadas trouxeram resultados importantes, dos quais merecem destaque a **instalação da 2ª Vara Criminal em Açailândia, da 4ª Vara em Santa Inês e a aprovação do Projeto de Criação da 4ª Vara de Pedreiras**, o que não seria possível sem o apoio da Presidência do Tribunal de Justiça, que através dos relatórios apresentados, constatou a grande necessidade de mais uma unidade judicial nas Comarcas em apreço.

III OUTROS PROJETOS E AÇÕES

A Ouvidoria, assumindo sempre o compromisso em participar com responsabilidade na democratização do judiciário e promover o acesso à informação à população, e busca com esta manter sempre proximidade, seja por meio de disponibilizar o fácil acesso, por meio de canais formais e informais e prezando pela informalidade, seja através das audiências públicas, ou ainda através de outras ações e projetos que narraremos a seguir.

Ouvidoria e Telejudiciário participaram da 24ª Ação Global, ocorrida no dia 27 de maio no Edifício Paulo Freire, localizado na Universidade Federal do Maranhão, prestando esclarecimentos à população e divulgando os serviços oferecidos pelo Poder Judiciário como um todo.

Demos continuidade ao programa **Fale com o Ouvidor**, consistente no contato do público com o Ouvidor, realizado nesta gestão, de maneira presencial, às terças-feiras.

O Aproveite para conciliar, em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, bem presidido pelo em. Desemb. José Luís Oliveira e coordenado pelo juiz Alexandre Lopes de Abreu. O trabalho consiste na disponibilização de um banner no próprio formulário eletrônico de manifestação da Ouvidoria, sugerindo o agendamento de uma audiência de conciliação no momento do registro da reclamação. Assim, toda vez que o cidadão acessa o formulário eletrônico para registrar uma manifestação na Ouvidoria ele é lembrado sobre a conveniência de um acordo. Essa simples ação aumentou o quantitativo de audiências de conciliação agendadas.



The image shows a screenshot of the 'Formulário Eletrônico da Ouvidoria do TJMA'. The main form is titled 'Atende' and contains fields for identification (CPF, CNPJ, Nome, RG, Endereço, Email, Confirmar Email, Telefone) and contact preference (Email, Telefone, Relação com o TJ). A pop-up window titled 'Faça uma Conciliação' is overlaid on the right side. The pop-up contains a banner with the text 'Faça um agendamento no Centro de Conciliação' and 'Aproveite para conciliar!'. Below the banner, there is a section titled 'Elimine o conflito!' with instructions to access the form and schedule a conciliation hearing. At the bottom of the pop-up, it says 'Clique no banner ao lado para fazer seu agendamento.'

Alinhados ao Projeto do CNJ “Ouvidorias: agentes potencializadores da mediação e conciliação” desenvolvemos o projeto **“Ouvidoria como agente de acesso aos meios virtuais de solução de conflitos”**, e constitui-se em mais um canal de conscientização da população da importância dos meios alternativos de solução de conflitos, e opera com a realização de cadastro de usuários efetuado por nossos servidores nas plataformas virtuais de mediação e conciliação.

No programa “Tome Consciência” - no qual o diálogo entre o Ouvidor e as unidades judiciais visa a formulação de melhores soluções para atender às demandas recebidas da população - em atendimento à solicitação formulada pela Juíza de Direito Luzia Madeira Nepomuceno, referente à ausência de clínicas públicas de internação para dependentes químicos, foram realizadas reuniões com representantes de comunidades

terapêuticas e por último, com representantes da Secretaria Estadual de Saúde objetivando realizar convênios entre o Estado e essas instituições para gerar novos leitos para internação de pessoas dependentes químicas, projeto este que encontra-se aguardando a adequação destas comunidades a requisitos básicos para que se possa firmar o convênio.



Reunião com o secretário Estadual de Saúde, Carlos Eduardo de Oliveira Lula



Reunião com o chefe do Departamento de Saúde Mental, Márcio Menezes.

Por fim, mantivemos as ***Audiências Públicas Eletrônicas***², um aperfeiçoamento tecnológico das Audiências Públicas, consistente na transmissão simultânea do ato via rádio web, com interação pelo whatsapp.

Por demonstrar compromisso com os princípios da Ouvidoria, de buscar democratizar o judiciário e cada vez mais aproximá-lo da população, através de projetos e ações desenvolvidos, o desembargador Ricardo Duailibe em 2016 foi eleito, durante a realização do II Encontro do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais, 2º Vice-Presidente do COJUD. Buscando sempre aprimorar nossas atividades houve participação do Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão no III Encontro do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais, realizado no Estado de Minas Gerais, em julho deste ano corrente. O encontro promovido pelo Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, teve como objetivo propagar a importância das ouvidorias como instrumento de participação democrática e de aprimoramento da gestão do Poder Judiciário, visando também incentivar a união entre as ouvidorias judiciais de todo o país, bem como fomentar uma atuação ética, transparente e responsável. O ouvidor participou ainda do I Encontro de Integração das Ouvidorias do Poder Judiciário, organizado pelo Colégio de Ouvidorias da Justiça do Trabalho e realizado em setembro do corrente ano.

² Por problemas na qualidade de sinal da Internet não houve transmissão online via rádio web nas Audiências realizadas nas Comarcas de Tutóia e Cururupu.

Também buscamos a integração da Ouvidoria Judiciária do TJMA com as Ouvidorias públicas de todos os níveis de atuação, integrando a Rede de Ouvidorias, dos quais fazem parte a Ouvidoria Geral do Estado, Ouvidoria do Ministério Público, Ouvidoria da Defensoria do Estado e demais Ouvidorias do Executivo, tendo participado do I Seminário da Rede de Ouvidorias do Estado do Maranhão, promovido pela Secretaria de Transparência e Controle (STC) no auditório do Palácio dos Leões, em novembro deste ano. Fotos a seguir.



Mesa Diretora eleita em 2016



II Encontro COJUD



III Encontro COJUD



I Encontro de Integração das Ouvidorias do Poder Judiciário



Abertura do I Seminário da Rede de Ouvidorias do Maranhão. (Foto: Handson Chagas)

Senhor(a) Desembargador(a), seguimos as orientações inicialmente traçadas, esperando ter contribuído com a principal meta anunciada no início da gestão pelo Presidente: de melhoria da prestação jurisdicional e gestão democrática. Temos a consciência de que o trabalho de construção de um Poder Judiciário mais democrático e próximo da sociedade é uma tarefa permanente, especialmente para um órgão ainda sem orçamento próprio e poder disciplinar.

Desejamos que o Ouvidor eleito para o biênio 2018/2019, Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, dê continuidade aos projetos já desenvolvidos, aprimorando-os e desenvolvendo novos que contribuam para uma gestão mais participativa, democrática e eficiente.

Agradecemos o apoio da Administração do Tribunal, dos desembargadores, juízes, servidores e demais componentes do Sistema de Justiça. Em especial, demonstramos nossa gratidão pelo empenho e dedicação dos servidores Lilian Karissa Costa Barros, Neusa Lago, Fábio Martins, Antony Luso e Danielle Limeira, Ana Ewerton Braga, Jaciary Ferreira, à Assessoria de Comunicação do Tribunal, na pessoa dos assessores Antônio Carlos e Roberta Gomes, e aos servidores do Telejudiciário, na pessoa do chefe de divisão Fábio Martins, à Coordenadoria de Material e Patrimônio e à Diretoria de Segurança Institucional, bem como o apoio dado pelos magistrados e servidores das Comarcas nas quais as audiências públicas foram realizadas. Um trabalho de equipe sem o qual nenhum êxito seria possível. Que os novos gestores e Ouvidor prossigam na missão de tornar o Judiciário mais acessível e próximo da sociedade, estimulando ainda mais a democracia participativa.

Este é o Relatório que, em cumprimento ao disposto no art. 4º, VI, da Resolução nº 20/2010 deste Egrégio Tribunal de Justiça, encaminhamos para o conhecimento de V. Exa., renovando manifestação de apreço.

Atenciosamente,

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE

Ouvidor Judiciário